

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos, com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas.....	9
2. Tipologia textual	15
3. Coesão e coerência.....	16
4. Ortografia oficial	17
5. Acentuação gráfica.....	18
6. Pontuação	19
7. Formação e emprego das classes de palavras	20
8. Significação de palavras	28
9. Sintaxe da oração e do período	30
10. Concordância nominal e verbal	34
11. Regência nominal e verbal	36
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	37
13. Processo de comunicação: Intencionalidade Discursiva	38
14. Elementos Constituintes da Comunicação.....	40
15. Desenvolvimento textual: elaboração de relatórios, projetos e planejamentos	43
16. Intertextualidade	43

Atualidades

1. Fatos políticos, esportivos, culturais, econômicos e sociais ocorridos no Brasil e no mundo, veiculados em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, internet e televisão nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de publicação do Edital no site www.igdrh.org.br	53
--	----

Conhecimentos Gerais Em Educação/Legislação

1. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Artigos 205 ao 214.....	55
2. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 6a Edição atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1990.	58
3. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996	98
4. BRASIL. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 5/2009 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.	118
5. BRASIL. Ministério da Educação/Secad. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica. 2004	120
6. BRASIL. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 5/2009 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009a.	129
7. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018	130
8. BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jun. 2023.....	171
9. BRASIL. Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 maio 2024.....	174

10. BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília	177
11. BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília	177
12. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Currículo Paulista, SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, 2019	178
13. BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências	183
14. CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica). Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	199

Leis e Decretos Municipais

1. Lei Orgânica do Município de Itaquaquecetuba/SP	213
2. Lei Nº 3210, de 24 de Junho de 2015: “Dispõe sobre aprovação do Plano Municipal Decenal de Educação, para o decênio 2016/2025, na forma a seguir especificada, e adota outras providências”	223
3. Lei Complementar Nº 280 de 11 de dezembro de 2015: Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Itaquaquecetuba e dá outras providências	224
4. Lei Complementar Nº 64 de 26 de dezembro de 2002: Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itaquaquecetuba - SP	239
5. Decreto nº 7488, de 15 de agosto de 2017: Aprova o Regimento Comum das Escolas Municipais de Itaquaquecetuba	256
6. Decreto nº 7.724, de 16 de julho 2019: “Dispõe sobre a regulamentação do registro e controle da frequência dos servidores públicos dos órgãos e repartições da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba e dá outras providências”	270
7. Decreto nº 7682, de 09 de abril de 2019: “Estabelece a Política de Educação Integral em atendimento ao Programa Escola em Tempo Integral, no Sistema Público Municipal de Ensino do Município de Itaquaquecetuba e dá outras providências” ...	272
8. Decreto nº 8.271, de 29 de setembro de 2023: “Estabelece a Política de Educação Integral em atendimento ao Programa Escola em Tempo Integral, no Sistema Público Municipal de Ensino do Município de Itaquaquecetuba e dá outras providências”	280
9. Instrução Normativa Nº 43, DE 03/12/2021: “Organiza o funcionamento das Classes de Atendimento Educacional Especializado, atendimento ao Público-Alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e atribuições dos professores envolvidos no Sistema Municipal de Ensino”	281
10. Decreto nº 7.740, de 04 de setembro de 2.019: “Dispõe sobre a retificação da Ementa e do Art. 1º, do Decreto nº 7.724, de 16 de julho de 2.019”	281

Conhecimentos Específicos

1. Atuação docente na perspectiva da alfabetização e letramento linguístico e matemático	285
2. O processo de construção do Sistema de Escrita Alfabética	287
3. A resolução de problemas no ensino da matemática; a importância do contexto cultural e social no aprendizado de matemática	289
4. A prática docente e o desenvolvimento de competências	291
5. O papel do mediador em agrupamentos cooperativos	293
6. A conjunção de práticas de leitura e produção de textos	295
7. O trabalho com diferentes estratégias de leitura; intervenções frente à formação de leitores proficientes	298
8. A relação entre os propósitos didáticos e comunicativos	300
9. A interdisciplinaridade e a interação entre os componentes curriculares	302

10.	A educação para a construção do sujeito crítico e reflexivo.....	304
11.	A avaliação educacional em seus três níveis: aprendizagem, institucional e de rede de ensino.....	306

Referências Ensino Fundamental

1.	BRAKLING, K. L. Leitura do mundo, leitura da leitura, leitura proficiente: qual é a coisa que esse nome chama? In: Revista Aprender Juntos. São Paulo (SP). Edições SM, 2008.....	315
2.	FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. A psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.....	316
3.	FONSECA, M. C. F. R. (org.). Letramento no Brasil: habilidades matemáticas. São Paulo. Global, 2004.....	317
4.	FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.....	319
5.	FREITAS, L.C.; SORDI, M.R.L.; MALAVASI, M.M.S.; FREITAS, H.C.L. Avaliação educacional-. caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes, 2009.....	328
6.	LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2003.....	329
7.	____. Avaliação da aprendizagem, mais uma vez. São Paulo: Ed. São Paulo, 2005.....	330
8.	____. Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.....	332
9.	____. Prática docente e avaliação. Rio de Janeiro: ABT, 1990.....	333
10.	MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.....	334
11.	MORAIS, Artur Gomes de. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização. São Paulo: contexto, 2016.....	336
12.	MORAIS, Artur Gomes. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012.....	337
13.	SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004.....	338
14.	SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.....	340
15.	SOARES, Magda. Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.....	341
16.	SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2016.....	341
17.	VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.....	343
18.	PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed, 2009.....	344
19.	PERRENOUD, P. Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida. (trad.) PEREIRA, L. S. Porto Alegre: Penso, 2013.....	346
20.	ZABALA, A; ARNAU, L. Como aprender e ensinar competências. (Trad.) Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Penso, 2014.....	347
21.	LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.....	348

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS, COM DOMÍNIO DAS RELAÇÕES MORFOSSINTÁTICAS, SEMÂNTICAS, DISCURSIVAS E ARGUMENTATIVAS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral

exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negro”, de Castro Alves, o

eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

– Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

– Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as

ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

Os principais mecanismos de coesão referencial incluem:

- **Pronomes pessoais:** Usados para substituir substantivos mencionados anteriormente.

- Exemplo: João comprou um livro novo. Ele estava ansioso para lê-lo.

- **Pronomes demonstrativos:** Indicam a retomada de uma informação previamente dada ou a introdução de algo novo.

- Exemplo: Este é o problema que devemos resolver.

- **Pronomes possessivos:** Utilizados para evitar repetições, referindo-se à posse ou relação de algo já mencionado.

- Exemplo: Maria trouxe suas anotações para a aula.

- **Advérbios de lugar e tempo:** Podem substituir informações anteriores relacionadas a momentos e espaços.

- Exemplo: Estive na biblioteca ontem. Lá, encontrei muitos livros interessantes.

A coesão referencial é crucial para evitar repetições e garantir que o leitor consiga acompanhar a continuidade das ideias sem que o texto se torne redundante ou cansativo.

2. Coesão Sequencial

A coesão sequencial diz respeito à organização temporal e lógica do discurso. Ela é responsável por estabelecer as relações de sentido entre as partes do texto, utilizando conectivos para marcar a progressão das ideias. Isso pode envolver a relação entre causa e efeito, adição de informações, contraste, explicação, entre outros.

Os principais conectivos de coesão sequencial incluem:

- **Conectivos de adição:** Indicam que uma ideia ou informação será acrescentada.

- Exemplo: Além disso, também é necessário investir em infraestrutura.

- **Conectivos de causa e consequência:** Mostram uma relação de causa e efeito entre as ideias.

CONHECIMENTOS GERAIS EM EDUCAÇÃO/LEGISLAÇÃO

BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1988)]. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988. 4. ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 1990. ARTIGOS 205 AO 214

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento): (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156-A; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156-A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156-A, § 2º; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição,

LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAQUAQUECETUBA/SP

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAQUAQUECETUBA/SP.

Nós, representantes do povo de Itaquaquecetuba, reunidos em Assembléia Constituinte Municipal, invocando a proteção de Deus e inspirados nos Ideais democráticos, decretamos e promulgamos a seguinte Lei.

TÍTULO I DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O município de Itaquaquecetuba é uma unidade territorial do Estado de São Paulo, com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia política, administrativa e financeira, regendo-se por esta Lei e pelos princípios constitucionais pertinentes.

Art. 2º São Símbolos oficiais do Município, a Bandeira, o Brasão de armas e o Hino, que serão instituídos por Lei própria.

Parágrafo Único - O logotipo da administração será adotado, por decreto, em cada legislatura.

Art. 3º As divisas do Município serão demarcadas por Lei própria.

Art. 4º A criação de Distritos e Sub-distritos dependerá da Lei complementar específica, obedecendo-se às finalidades previstas na Constituição Estadual.

Art. 5º O governo Municipal será exercido pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, Independentes e harmônicos, entre si, vedada a delegação de poderes.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 6º Ao município impõe-se assegurar i bem estar da comunidade, garantindo o pleno acesso aos bens e serviços essenciais, ao desenvolvimento individual e coletivo, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, estado civil e quaisquer outras formas de discriminação, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

I - elaborar o orçamento, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;

II - instituir e arrecadar tributos, fixar e cobrar preços;

III - dispor sobre organização e execução de seus serviços públicos;

IV - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

V - dispor sobre a administração, utilizando a alienação de seus bens;

VI - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

VII - dispor sobre concessão, permissão e autorização dos serviços públicos locais;

VIII - elaborar o plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

IX - estabelecer o Plano Diretor de desenvolvimento Integrado;

X - estabelecer servidões administrativas necessárias aos seus serviços;

XI - regulamentar a utilização dos logradouros públicos, no perímetro urbano, especialmente:

a) determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

b) fixar os locais de estabelecimento de táxis e demais veículos;

c) conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos, de táxis e as respectivas tarifas;

d) fixar e sinalizar os limites das “zonas de silêncio” e de trânsito e tráfego em condições especiais;

e) disciplinar os serviços de cargas e descargas e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas do município;

f) implantar as “zonas azuis”, regulamentando-as.

XII - sinalizar as vias urbanas e as estradas vicinais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XIII - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, coleta, remoção e destino do lixo domiciliar, industrial e hospitalar;

XIV - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais e estaduais pertinentes;

XV - prestar assistência médico-hospitalar nas emergências de pronto-socorro, através de serviços próprios ou conveniados;

XVI - dispor sobre os serviços funerários e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;

XVII - regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia;

XVIII - dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XIX - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com finalidade de precípua de erradicação da raiva e outras moléstias contagiosas;

XX - estabelecer e impor penalidades por infração às suas leis e regulamentos;

XXI - conceder licenças, autorizações para abertura e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares;

XXII - exercer o poder de polícia relativamente às áreas de sua competência, promovendo, quando for o caso, o fechamento administrativo, interdição, embargos e outras medidas coercitivas que se fizerem necessárias;

XXIII - manter, com a cooperação técnica financeira da união e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

XXIV - criar e manter a guarda municipal;

XXV - manter cursos de alfabetização de adultos;

XXVI - estabelecer áreas de proteção ambiental e promover a construção e conservação de praças, jardins, bem como cuidar da arborização da cidade;

XXVII - criar órgãos para a proteção do patrimônio histórico do Município;

Art. 7º Compete ao Município, concorrentemente com a União e o Estado:

I - Cuidar da saúde, higiene, segurança e assistência pública, bem como da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência física;

II - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural, os monumentos, as paisagens notáveis, bem como os sítios arqueológicos;

III - impedir a invasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

IV - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

V - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VI - fiscalizar as condições sanitárias dos locais de venda ao consumidor;

VII - promover programas de construção de moradias econômicas;

VIII - acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa, e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

IX - colaborar com o Estado, nos serviços de extinção de incêndios;

X - zelar pelo patrimônio público e particular, impedindo por todos os meios a construção de casas em áreas invadidas ou ocupadas ilegalmente.

TÍTULO II DOS PODERES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Art. 8º O Poder Legislativo será exercido pela Câmara Municipal, composta por 19 (dezenove) vereadores eleitos de acordo com as normas constitucionais, se outro não for o número fixado pela Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 9º Compete privativamente à Câmara Municipal;

I - eleger e destituir a Mesa Diretora na forma desta Lei;

II - elaborar o Regime Interno;

III - organizar seus serviços administrativos;

IV - criar e extinguir cargos do seu quadro, fixando-lhes os vencimentos através de Resolução;

V - empossar o Prefeito e o Vice Prefeito;

VI - julgar o Prefeito, vice-prefeito e vereadores, em infrações político-administrativas;

VII - conceder licença ao Prefeito, vice Prefeito e vereadores;

VIII - fixar a remuneração e a verba de representação do Prefeito e do vice Prefeito;

IX - fixar a remuneração dos vereadores e a verba de representação do Presidente Câmara;

X - Criar Comissões Especiais de Inquérito, de acordo com esta Lei;

XI - requisitar informações do prefeito sobre todos os assuntos que se incluam na competência do município;

XII - convocar o prefeito, secretários municipais ou qualquer servidor para prestar esclarecimentos em Plenários;

XIII - Conceder título de cidadão honorário a personalidade que tenham comprovadamente prestado relevantes serviços ao Município, mediante Decreto-legislativo aprovado por dois terços dos membros da Câmara.

XIV - julgar as contas do prefeito e da mesa Diretora, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, que somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Câmara.

Art. 10 O vereador tem livre acesso em todas as repartições municipais, devendo ser atendido pelos respectivos chefes, sendo os mesmos obrigados a prestar todo tipo de informações que o vereador solicitar.

Art. 11 Compete a Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, legislar sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente:

I - sistema tributário Municipal;

II - isenções, anistias e remissão de dívidas;

III - aprovação do orçamento anual, da Lei de diretrizes Orçamentárias e do orçamento plurianual;

IV - autorização para abertura de créditos suplementares e especiais;

V - autorização para todas e qualquer operação de crédito, contratos e empréstimos;

VI - autorização para concessão de auxílios e subvenções;

VII - autorização para concessão e permissão de serviços públicos;

VIII - autorização para concessão de direito real de uso de bens do município;

IX - autorização para cessão e uso de bens municipais;

X - autorização para alienação de bens municipais, móveis e imóveis;

XI - autorização para aquisição de bens imóveis;

XII - autorizar a aquisição de bens imóveis e móveis por doação, salvo quando se tratar de doação sem encargo ao Município;

XIII - autorização para criação e extinção de cargos da administração, bem como a fixação dos vencimentos e vantagens pecuniárias dos servidores públicos do Executivo;

XVI - autorização para celebração de convênios e consórcios de qualquer natureza;

XV - autorização para alteração de denominação dos próprios, vias e logradouros públicos, bem como sua denominação inicial;

XVI - fixação dos feriados municipais;

XVII - autorização para demarcação das divisas do Município.

CAPÍTULO III DOS VEREADORES

SEÇÃO I DA POSSE

Art. 12 Os vereadores que forem diplomados, serão empossados no dia 1º de janeiro de cada legislatura, em Sessão Solene de Instalação, à qual presidirá o vereador mais votado entre os presentes.

Art. 13 No ato da posse os vereadores prestarão o compromisso regimental, desincompatibilizando-se e apresentando declaração pública de bens, que será publicada e transcrita em livro próprio ficando à disposição dos interessados.

Parágrafo Único - No término do mandato, o vereador apresentará nova declaração pública de bens que será transcrita no mesmo livro.

Art. 14 O vereador que não tomar posse na Sessão de Instalação deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo relevante aceito pela Câmara.

Art. 15 O compromisso regimental que prestarão o prefeito, vice-prefeito e vereadores, será o seguinte: "PROMETO CUMPRIR COM DIGNIDADE MEU MANDATO, RESPEITANDO A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E LUTANDO PELAS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DO POVO DE ITAQUAQUECETUBA".

SEÇÃO II DA REMUNERAÇÃO

Art. 16 O subsídio dos Vereadores será fixado determinando-se o valor em moeda corrente no País, vedada qualquer vinculação, estabelecendo em parcela única e atendidos os limites constitucionais.

§ 1º Ao Presidente da Câmara, enquanto representante legal do Poder Legislativo, será fixado subsídio diferenciado daquele estabelecido para os demais Vereadores.

§ 2º Os subsídios de que tratam o presente Artigo e seu § 1º serão corrigidos, anualmente, nos termos do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19/98.

SEÇÃO III DA LICENÇA

Art. 17 O vereador somente poderá licenciar-se:

I - por moléstia devidamente comprovada;

II - para licença gestante;

III - para exercer cargo de Secretário Municipal, quando a licença será automática, mediante a comunicação;

IV - para tratar de interesse particular, sem justificção por prazo indeterminado, não podendo reassumir o mandato antes do prazo de licença.

Art. 18 Para fins de remuneração, considera-se à em efetivo exercício o vereador licenciado nos termos dos incisos I e II do artigo anterior.

Art. 19 As licenças serão concedidas através de Portaria da Mesa Diretora.

Parágrafo Único - A licença para tratamento de saúde dependerá de requerimento instruído com laudo de junta médica oficial.

SEÇÃO IV DO SUPLENTE

Art. 20 No caso de vaga ou licença de vereador, será convocado o Suplente, observando a classificação da Justiça Eleitoral.

Art. 21 A convocação do suplente, para os casos elencados no inciso I, do artigo 17, desta Lei, será feita pelo Presidente, quando a licença for igual ou superior a trinta dias, e para os incisos II, III e IV, do mesmo artigo, será feita em vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo Único - A posse do Suplente dar-se-á em 05 dias, salvo motivo relevante aceito pela Câmara.

Art. 22 Não havendo suplente, o presidente comunicará o fato à Justiça Eleitoral.

SEÇÃO V DAS PROIBIÇÕES E INCOMPATIBILIDADES

Art. 23 Aplicam-se aos vereadores, no que couber, as proibições e incompatibilidades fixadas pela Constituição Federal, aos membros do congresso Nacional e pela Constituição Estadual, aos membros da Assembléia Legislativa.

SEÇÃO VI DA INVIOABILIDADE DOS VEREADORES

Art. 24 Os vereadores são invioláveis, por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato, no território do Município.

SEÇÃO VII DA EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 25 Após processo regular em que é dado ao acusado amplo direito de defesa, será declarado extinto o mandato de Vereador pela Mesa Diretora quando:

I - Incidir nos impedimentos e incompatibilidades parlamentares;

II - deixar de comparecer em casa sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, sem estar licenciado ou em missão autorizada pela Edilidade, ou ainda, deixar de comparecer a 1/3 das sessões extraordinárias convocadas por escrito, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa de ambos os casos não constituindo motivo de extinção de mandato a falta às sessões convocadas durante o recesso;

III - perder ou tiver suspenso seus direitos políticos;

IV - for condenado criminalmente por sentença transitada em julgado em que for imposta a perda da função pública;

V - fixar residência fora do Município;

VI - for omissivo ou desidioso no cumprimento dos encargos do mandato ou quando recusá-los, sem justo motivo.

SEÇÃO VIII DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Art. 26 O mandato do vereador será cassado quando:

I - ferir o decoro parlamentar;

II - abusar de suas prerrogativas;

III - praticar atos de improbidade administrativa;

IV - atentar contra a Constituição e Legislação em vigor.

CAPÍTULO IV DO PODER EXECUTIVO

Art. 27 O Poder Executivo será exercido pelo prefeito eleito na forma Constitucional, auxiliado pelos secretários municipais e pelos sub-prefeitos, quando for o caso.

SEÇÃO I DA POSSE

Art. 28 O prefeito e o vice-prefeito prestarão compromisso e tomarão posse em seguida aos vereadores na mesma sessão solene de instalação da legislatura;

§ 1º Se decorrido dez dias da data fixada para a posse, o prefeito ou vice-prefeito, salvo motivo justificado aceito pela Câmara, não assumir o cargo, este será declarado extinto pela Mesa Diretora. Enquanto não ocorrer a posse do prefeito, assumirá o vice-prefeito e, na falta ou impedimento deste, o presidente da Câmara;

§ 2º No ato da posse, o prefeito deverá desincompatibilizar-se. Na mesma ocasião e ao término do mandato, fará declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio e devidamente publicada;

§ 3º O vice-prefeito desincompatibilizar-se-á e fará declaração pública de bens no ato da posse, obedecendo-se ao disposto no parágrafo anterior.

SEÇÃO II DA SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO

Art. 29 O vice-prefeito substitui o prefeito eleito em caso de licença ou impedimento, e sucede-lhe no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

Parágrafo Único - Os substitutos legais do prefeito não poderão recusar-se a substituí-lo, sob pena de extinção de seus mandamentos de vice-prefeito ou presidente da Câmara, conforme o caso. Enquanto o substituto legal não assumir, responderá pelo expediente da Prefeitura o Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos, com plena competência para o exercício da função.

Art. 30 Em caso de impedimento do prefeito e do vice-prefeito ou vacância dos respectivos cargos, assumirá o presidente da Câmara, que completará o período, se as vagas ocorrerem na segunda metade do mandato.

SEÇÃO III DA LICENÇA

Art. 31 O prefeito não poderá ausentar-se do município ou afastar-se do cargo, por mais de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do mandato.

Parágrafo Único - O prefeito regularmente licenciado terá direito de perceber o subsídio e a verba de representação quando:

I - impossibilitado do exercício do cargo por motivo de doença devidamente comprovada ou em licença para gestante;

II - a serviço ou em missão de representação do município.

SEÇÃO IV DA REMUNERAÇÃO E DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO

Art. 32 A remuneração do prefeito, bem como a verba de representação serão fixadas por decreto-Legislativo no final de cada legislatura para vigorar na seguinte.

Art. 33 A verba de representação do vice-prefeito será igual da que for fixada ao prefeito.

Art. 34 A remuneração e a verba de representação serão corrigidas mensalmente pelos índices de IPC, FIPE ou equivalente.

Art. 35 Nenhum servidor público ou vereador receberá vencimentos superiores à remuneração do prefeito.

SEÇÃO V DAS PROIBIÇÕES E INCOMPATIBILIDADES

Art. 36 aplicam-se ao prefeito e ao seu substituto, no que couber, as mesmas proibições e incompatibilidades fixadas pela Constituição Federal ao presidente da República e pela Constituição Estadual ao governador do Estado.

SEÇÃO VI DA EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 37 O mandato do prefeito ou de seu substituto será extinto quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação criminal, por decisão transitada em julgado;

II - deixar de tomar posse, no prazo legal sem motivo justificado;

III - perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

IV - fixar residência fora do município;

V - ausentar-se do Município por tempo superior ao permitido, sem estar licenciado.

Parágrafo Único - Nos casos do Inciso II, IV e V será dado ao acusado amplo direito de defesa.

SEÇÃO VII DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Art. 38 São infrações político-administrativas do prefeito ou seu substituto, sujeitas à cassação do mandato:

I - impedir o regular funcionamento do Poder Legislativo;

II - impedir os trabalhos das comissões Especiais de Inquérito;

III - desatender, sem justo motivo, a requerimentos de informações regularmente aprovados pelo Legislativo;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ATUAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO LINGUÍSTICO E MATEMÁTICO

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO

A alfabetização e o letramento são processos distintos, porém complementares, que envolvem a aprendizagem da leitura e escrita e a aplicação dessas habilidades em práticas sociais.

Definições de alfabetização e letramento**

Alfabetização:

Refere-se ao processo de ensino e aprendizagem das habilidades básicas de leitura e escrita. O objetivo central é garantir que o aluno reconheça e escreva palavras, domine o sistema alfabético e compreenda as relações entre sons e letras. Esse processo é essencialmente técnico e inicial no desenvolvimento das competências linguísticas.

Letramento:

É o uso social das habilidades de leitura e escrita. Diferentemente da alfabetização, o letramento envolve compreender textos, interpretar informações e utilizar essas habilidades de forma funcional em situações reais.

Emília Ferreiro e Magda Soares, autoras de referência na área, destacam que letramento ultrapassa a decodificação, englobando as práticas culturais e sociais do uso da escrita.

Conexões entre alfabetização linguística e matemática**

Embora tradicionalmente associada à linguagem, a alfabetização também pode ser aplicada ao campo matemático. Na alfabetização matemática, o foco está no desenvolvimento da capacidade de interpretar, argumentar e resolver problemas, utilizando a linguagem matemática de forma compreensível e prática. Assim como no letramento linguístico, o letramento matemático envolve práticas funcionais que integram conhecimentos escolares e cotidianos.

▪ **Exemplo:** interpretar gráficos e tabelas em um jornal ou calcular descontos em compras requer habilidades de letramento matemático.

Perspectivas teóricas sobre alfabetização e letramento**

Perspectiva Sociocultural:

Segundo esta visão, defendida por autores como Vygotsky, a aprendizagem ocorre em interação com o meio social. O contexto cultural é crucial para o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e cálculo. Os docentes, nessa abordagem, atuam como mediadores do conhecimento.

Perspectiva Cognitiva:

Focada nos processos mentais envolvidos na alfabetização, como memória, atenção e reconhecimento de padrões. Essa abordagem é influenciada por teóricos como Jean Piaget, que destacam as fases de desenvolvimento cognitivo e sua relação com a aprendizagem.

Perspectiva Interacionista:

Combina elementos das perspectivas sociocultural e cognitiva. Nela, a alfabetização e o letramento resultam de interações sociais e do processamento cognitivo do aprendiz. Essa abordagem enfatiza a importância do diálogo, da negociação de significados e do contexto educativo no processo de ensino-aprendizagem.

Os fundamentos teóricos da alfabetização e do letramento são essenciais para compreender a atuação docente. Essas bases teóricas orientam a escolha de estratégias pedagógicas adequadas e contribuem para superar os desafios do ensino contemporâneo.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO LETRAMENTO

O desenvolvimento do letramento exige práticas pedagógicas que conectem a aprendizagem formal às experiências culturais, sociais e tecnológicas.

Práticas e metodologias no ensino de linguagem e matemática**

Linguagem:

▪ **Práticas de leitura compartilhada:** Atividades como leitura em voz alta, roda de leitura e exploração de diferentes gêneros textuais são fundamentais para estimular o interesse e a compreensão textual.

▪ **Exemplo prático:** Ler uma notícia e propor discussões sobre seu conteúdo, analisando pontos de vista e o propósito comunicativo.

▪ **Produção textual contextualizada:** Incentivar os alunos a produzirem textos com objetivos reais, como cartas, e-mails, poemas ou narrativas, conecta o aprendizado à prática social.

▪ **Jogos e dinâmicas linguísticas:** Atividades lúdicas como caça-palavras, cruzadinhas e desafios de rimas auxiliam na ampliação do vocabulário e na compreensão da estrutura linguística.

Matemática:

▪ **Aprendizagem baseada em resolução de problemas:** Promover situações em que os alunos utilizem conceitos matemáticos para resolver problemas do dia a dia, como planejamento de orçamentos ou interpretação de gráficos.

▪ **Exploração de materiais concretos:** Usar objetos manipuláveis (como blocos, figuras geométricas e jogos) para ensinar conceitos abstratos, facilitando a compreensão e a aplicação prática.

▪ **Jogos matemáticos:** Jogos como dominó numérico, bingo matemático e desafios de lógica tornam o aprendizado mais dinâmico e engajador.

Importância do contexto sociocultural na escolha das estratégias

A aprendizagem significativa ocorre quando está vinculada ao universo sociocultural do estudante. Reconhecer o contexto dos alunos possibilita:

- A escolha de temas que dialoguem com sua realidade, como hábitos alimentares, festas culturais ou problemas da comunidade.
- O uso de exemplos práticos que respeitem sua vivência, facilitando a internalização dos conteúdos.
- A inclusão de práticas bilíngues ou interculturais, especialmente em comunidades com diversidade linguística.
- **Exemplo prático:** Propor um projeto sobre a feira local, onde os alunos possam desenvolver habilidades de escrita ao elaborar cartazes e competências matemáticas ao planejar compras e calcular preços.

Integração de tecnologias educacionais no processo de alfabetização e letramento

As ferramentas digitais ampliam as possibilidades de ensino, permitindo maior personalização e interatividade no aprendizado.

Recursos para o ensino da linguagem:

- **Aplicativos educativos:** Softwares que oferecem jogos de palavras, práticas de leitura e escrita com feedback imediato.
- **Ambientes virtuais de escrita colaborativa:** Plataformas como Google Docs incentivam a produção textual conjunta e o feedback em tempo real.

Recursos para o ensino da matemática:

- **Simuladores e aplicativos de matemática:** Ferramentas como GeoGebra auxiliam na exploração de conceitos geométricos e algébricos.
- **Jogos interativos:** Plataformas como Kahoot e Quizizz tornam a resolução de problemas e desafios matemáticos mais engajantes.

Projetos interdisciplinares com uso de tecnologia:

Trabalhos que envolvam o uso de vídeos, podcasts e apresentações digitais permitem que os alunos desenvolvam competências de letramento digital enquanto aprofundam conteúdos linguísticos e matemáticos.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO DOCENTE

A atuação docente enfrenta desafios significativos para garantir o sucesso nos processos de alfabetização e letramento linguístico e matemático. Ao mesmo tempo, diversas perspectivas e inovações apontam caminhos promissores para superar tais obstáculos.

Dificuldades enfrentadas pelos docentes na prática pedagógica**

Contextos de vulnerabilidade social:

- Escolas localizadas em áreas economicamente desfavorecidas frequentemente lidam com a falta de infraestrutura adequada, materiais didáticos e apoio familiar, dificultando o desenvolvimento pleno do letramento.
- Muitos alunos chegam à escola sem acesso prévio a práticas de leitura e escrita em casa, ampliando o desafio para os docentes.

Diversidade na sala de aula:

- A heterogeneidade dos alunos, com diferentes ritmos de aprendizagem, origens culturais e níveis de alfabetização, exige a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas e individualizadas.
- Alunos com necessidades educacionais específicas demandam práticas inclusivas e acessíveis, o que pode sobrecarregar professores sem formação especializada.

Excesso de demandas administrativas:

- Professores frequentemente relatam a sobrecarga de trabalho burocrático, como preenchimento de relatórios e participação em reuniões administrativas, que reduz o tempo disponível para planejar aulas significativas.

Políticas públicas e formação continuada para alfabetização e letramento**

Políticas Públicas:

BNCC (Base Nacional Comum Curricular):

A BNCC estabelece diretrizes claras para o desenvolvimento de competências de leitura, escrita e raciocínio matemático, orientando os professores na organização curricular. No entanto, a implementação enfrenta desafios, como a necessidade de materiais alinhados e de formação docente adequada.

Programas Governamentais:

Iniciativas como o **Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)**** e o **Programa Tempo de Aprender**** buscam oferecer recursos para apoiar a alfabetização, mas sua distribuição desigual limita os resultados esperados.

Formação Continuada:

- A formação continuada é indispensável para que os professores atualizem suas práticas e enfrentem as demandas da educação atual.
- **Cursos específicos:** Abordagens sobre metodologias ativas, inclusão digital e ensino híbrido oferecem ferramentas valiosas para a prática docente.
- **Comunidades de prática:** A troca de experiências entre professores favorece a construção de soluções colaborativas e inovadoras.
- **Exemplo prático:** Oficinas sobre letramento digital, promovidas por secretarias de educação, para capacitar professores no uso de tecnologias.



Tendências e inovações para superar desafios na educação contemporânea:

- **Metodologias Ativas:** Estratégias como a aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida e gamificação tornam o aluno protagonista do processo de aprendizagem e promovem maior engajamento.

- **Letramento Digital:** Em um mundo cada vez mais digitalizado, o letramento digital é essencial. Incorporar ferramentas tecnológicas não apenas para complementar, mas para enriquecer o aprendizado, é uma tendência crescente.

- **Educação Inclusiva e Personalizada:** O uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela, aplicativos para dificuldades de aprendizado e materiais adaptados, possibilita que todos os alunos, independentemente de suas condições, participem plenamente das atividades escolares.

- **Avaliações formativas e diagnósticas:** O foco em avaliações que identifiquem dificuldades e orientem intervenções pedagógicas específicas é cada vez mais valorizado. Essas práticas ajudam a reduzir lacunas de aprendizagem.

- **Integração escola-comunidade:** Projetos que conectam o ambiente escolar à comunidade local fortalecem o sentido de pertencimento dos alunos e tornam o aprendizado mais relevante.

- **Exemplo:** Parcerias com bibliotecas e feiras comunitárias para estimular práticas de leitura e matemática aplicadas.

Os desafios enfrentados pelos docentes na alfabetização e letramento demandam esforços conjuntos entre professores, gestores e políticas públicas. Ao mesmo tempo, as tendências e inovações oferecem ferramentas valiosas para uma educação mais inclusiva e eficaz.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA

A ORIGEM E A NATUREZA DO SISTEMA ALFABÉTICO DE ESCRITA

O sistema alfabético de escrita é um dos mais importantes avanços culturais e tecnológicos da humanidade. Ele surgiu como uma necessidade de representar a linguagem falada por meio de sinais visuais, permitindo a comunicação e o registro de ideias além do contexto imediato.

A natureza do sistema alfabético baseia-se na correspondência entre sons (fonemas) e símbolos gráficos (grafemas), sendo uma das formas mais eficientes de codificar a linguagem.

Conceito e Evolução Histórica do Sistema Alfabético

A escrita alfabética tem origem no alfabeto fenício, datado de cerca de 1.200 a.C., considerado o precursor dos sistemas alfabéticos modernos.

- **Alfabeto Fenício:** Continha cerca de 22 símbolos que representavam sons consonantais, mas carecia de representação para as vogais.

- **Influência Grega:** Os gregos adaptaram o alfabeto fenício, introduzindo símbolos para as vogais e criando o primeiro sistema alfabético completo.

- **Evolução Romana:** O alfabeto latino, derivado do grego, tornou-se predominante e é a base do sistema utilizado nas línguas ocidentais, incluindo o português.

A evolução histórica reflete a busca por maior eficiência e adequação às características fonéticas de cada idioma.

Importância da Relação entre Fonemas e Grafemas

No sistema alfabético, cada letra ou combinação de letras representa um som específico da fala. Essa correspondência fonema-grafema é essencial para a compreensão e produção da escrita.

- **Vantagem do Sistema Alfabético:** Permite a escrita de uma ampla variedade de palavras com um número limitado de símbolos.

- **Desafios no Português Brasileiro:** A relação entre fonemas e grafemas no português nem sempre é direta devido à irregularidade ortográfica e à influência de fatores históricos e culturais.

A competência na identificação e uso dessa relação é um dos principais objetivos no processo de alfabetização.

Características do Sistema Ortográfico do Português Brasileiro

O português brasileiro apresenta particularidades que influenciam o aprendizado do sistema de escrita:

- **Regularidades:** Algumas relações entre fonemas e grafemas são previsíveis, como em palavras regulares (“casa”, “pato”).

- **Irregularidades:** Outras exigem memorização, como palavras com grafias não intuitivas (“xícara”, “exame”).

- **Variabilidade de Sons:** A língua portuguesa tem uma ampla diversidade de fonemas, o que demanda maior atenção na correspondência com os grafemas.

Além disso, a ortografia unificada, regida pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, visa minimizar as discrepâncias entre os países lusófonos, mas ainda impõe desafios para alunos e professores.

PROCESSOS COGNITIVOS E PSICOLINGÜÍSTICOS NO APRENDIZADO DA ESCRITA ALFABÉTICA

O aprendizado do sistema de escrita alfabética requer o desenvolvimento de habilidades cognitivas e psicolinguísticas complexas. A criança precisa compreender que a escrita representa a linguagem falada e que cada grafema corresponde a um fonema ou grupo de fonemas. Este processo ocorre em etapas e depende de fatores como consciência fonológica, memória e desenvolvimento cognitivo geral.

Além disso, o ambiente sociocultural e as interações com os pares e professores desempenham um papel central na construção desse conhecimento.

O Desenvolvimento das Habilidades Fonológicas

A consciência fonológica é um pré-requisito essencial para a alfabetização. Trata-se da capacidade de identificar e manipular os sons da fala, o que inclui:

- **Consciência de Palavras:** Reconhecimento de palavras individuais em um enunciado.

- **Consciência de Sílabas:** Habilidade de dividir palavras em sílabas.

- **Consciência de Fonemas:** Reconhecimento e manipulação dos sons menores, os fonemas.



Essas habilidades são fundamentais para entender que a escrita é uma representação gráfica dos sons da fala. Estudos mostram que o desenvolvimento da consciência fonológica está diretamente ligado ao sucesso na alfabetização.

Fases da Construção do Conhecimento sobre o Sistema de Escrita

De acordo com a teoria de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, as crianças passam por diferentes estágios no aprendizado da escrita:

- **Pré-silábico:** A criança escreve sem compreender a relação entre letras e sons, utilizando desenhos ou traços que não têm correspondência fonética.

- **Silábico:** Começa a associar letras aos sons, geralmente atribuindo uma letra por sílaba.

- **Silábico-Alfabético:** Transição em que há momentos de correspondência correta entre letras e sons, mas ainda com inconsistências.

- **Alfabético:** Compreensão plena do princípio alfabético, com a correta correspondência entre fonemas e grafemas.

Cada fase demonstra avanços na integração das habilidades fonológicas e cognitivas, além de ser influenciada pelas práticas pedagógicas e pelo contexto sociocultural.

Impacto do Desenvolvimento Cognitivo na Apropriação da Escrita

A apropriação do sistema alfabético de escrita está profundamente conectada ao desenvolvimento cognitivo. Alguns fatores importantes incluem:

- **Memória de Trabalho:** Necessária para reter e manipular informações enquanto a criança relaciona fonemas e grafemas.

- **Atenção e Concentração:** Cruciais para o reconhecimento de padrões e regras ortográficas.

- **Raciocínio Lógico:** Ajuda na compreensão das regras e irregularidades do sistema ortográfico.

Além disso, a interação social e as experiências de aprendizagem contribuem para a construção do conhecimento sobre a escrita. O professor, como mediador, desempenha um papel significativo ao propor atividades que estimulem essas habilidades cognitivas.

Interações Psicolinguísticas no Processo de Escrita

A escrita alfabética envolve uma integração entre os sistemas linguísticos e cognitivos:

- **Sistema Fonológico:** Responsável pela percepção e produção dos sons da fala.

- **Sistema Ortográfico:** Envolve a memorização e aplicação das regras de escrita de uma língua.

- **Sistema Semântico:** Relaciona as palavras ao seu significado, ajudando na compreensão do texto.

O equilíbrio entre esses sistemas é essencial para o domínio da escrita. Problemas em qualquer um deles, como dificuldades fonológicas ou dislexia, podem comprometer o aprendizado.

A compreensão dos processos cognitivos e psicolinguísticos é essencial para professores e educadores que desejam planejar estratégias eficazes de alfabetização, respeitando as fases de desenvolvimento e as necessidades individuais dos alunos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA

O ensino do sistema de escrita alfabética é um processo que exige estratégias pedagógicas fundamentadas em teorias educacionais, conhecimentos linguísticos e psicopedagógicos. A prática docente deve considerar o nível de desenvolvimento da criança, as particularidades do sistema ortográfico da língua portuguesa e os contextos socioculturais dos estudantes.

Métodos e Abordagens no Ensino da Alfabetização

Existem diferentes abordagens para o ensino da escrita alfabética, cada uma com características específicas. Entre as mais utilizadas estão:

- **Método Fônico:** Foca na relação fonema-grafema, promovendo a consciência fonológica desde o início.

- Exemplo: Ensinar o som do grafema “b” antes de introduzi-lo em palavras como “bola” ou “batata”.

- **Método Global:** Propõe a aprendizagem por meio de palavras ou frases completas, explorando contextos significativos para os alunos.

- Exemplo: Trabalhar com a palavra “casa” e seus usos em diferentes sentenças antes de decompor em sílabas e fonemas.

- **Método Silábico:** Enfatiza o ensino da escrita por meio da combinação de sílabas, partindo da repetição e reconhecimento de padrões.

- Exemplo: Ensinar sílabas como “ba”, “be”, “bi” e construir palavras a partir dessas combinações.

Apesar das diferenças, a combinação de métodos tem se mostrado eficaz para atender às diversidades cognitivas e culturais dos alunos.

A Influência do Contexto Sociocultural na Aprendizagem

O processo de alfabetização está diretamente ligado ao contexto em que o aluno está inserido. Elementos importantes incluem:

- **Exposição à Leitura e Escrita:** Crianças que convivem em ambientes ricos em materiais escritos (livros, jornais, cartazes) tendem a apresentar maior facilidade na compreensão do sistema alfabético.

- **Variedade Linguística:** As variações regionais do português e a convivência com diferentes dialetos podem influenciar o aprendizado das regras ortográficas e fonológicas.

- **Significação das Atividades:** Práticas contextualizadas e ligadas ao cotidiano do aluno tornam o processo mais significativo, promovendo maior engajamento.

O respeito à diversidade cultural e linguística é um princípio fundamental para práticas pedagógicas inclusivas e eficazes.

O Papel da Mediação do Professor e da Interação Social

O professor atua como mediador do conhecimento, organizando atividades que promovam a construção ativa do aprendizado. As principais estratégias incluem:

- **Uso de Jogos e Atividades Lúdicas:** Jogos que envolvam a formação de palavras, quebra-cabeças de sílabas e leitura de histórias interativas ajudam a reforçar a relação fonema-grafema de forma prazerosa.

- **Produção Textual:** Incentivar os alunos a escreverem pequenos textos, bilhetes ou histórias, respeitando o nível de desenvolvimento em que se encontram.

REFERÊNCIAS ENSINO FUNDAMENTAL

BRAKLING, K. L. LEITURA DO MUNDO, LEITURA DA LEITURA, LEITURA PROFICIENTE: QUAL É A COISA QUE ESSE NOME CHAMA? IN: REVISTA APRENDER JUNTOS. SÃO PAULO (SP). EDIÇÕES SM, 2008

O artigo “Leitura do Mundo, Leitura da Leitura, Leitura Proficiente: Qual é a Coisa que Esse Nome Chama?”, de K. L. Brakling, publicado na Revista Aprender Juntos, explora a complexidade do conceito de leitura em suas múltiplas dimensões. Brakling aborda a leitura como um processo que vai muito além da simples decodificação de palavras, propondo reflexões sobre como ela se relaciona com a compreensão crítica do mundo, com o desenvolvimento de habilidades de interpretação e com a formação de leitores proficientes capazes de participar ativamente da sociedade letrada.

O texto busca articular os diferentes níveis e sentidos de leitura, desde a “leitura do mundo” – o entendimento das práticas sociais e culturais que nos cercam – até a “leitura da leitura”, que envolve a metacognição e a consciência dos processos de leitura. Por fim, o autor destaca a importância de formar leitores proficientes, capazes de lidar com textos diversos e extrair deles significados que vão ao encontro de suas demandas e necessidades.

Leitura do Mundo: A Base da Alfabetização Crítica

Brakling inicia o texto refletindo sobre a “leitura do mundo”, um conceito que se inspira nos pensamentos de Paulo Freire. Segundo o autor, a leitura do mundo é o ponto de partida para qualquer processo de alfabetização. Antes mesmo de aprenderem a ler palavras, as crianças já realizam leituras do mundo ao interpretar suas experiências cotidianas, os gestos, as relações e os objetos que as cercam.

Essa leitura inicial é profundamente conectada ao contexto cultural e social em que a criança vive, moldando sua percepção e compreensão da realidade. O autor reforça que as práticas pedagógicas precisam considerar essas leituras prévias, valorizando o repertório cultural das crianças como base para a alfabetização.

Brakling destaca ainda que a leitura do mundo é essencial para a formação de um olhar crítico. Quando as crianças são incentivadas a interpretar o que veem e vivem, elas desenvolvem habilidades que serão fundamentais no processo de leitura de textos, como a capacidade de questionar, comparar e refletir sobre significados.

Leitura da Leitura: A Metacognição no Processo Leitor

No segundo momento do artigo, Brakling introduz o conceito de “leitura da leitura”, que se refere à capacidade do leitor de refletir sobre o próprio ato de ler. Esse conceito está relacionado à metacognição, ou seja, à habilidade de monitorar e controlar os próprios processos cognitivos durante a leitura.

A leitura da leitura implica que o leitor seja consciente de:

- Suas estratégias de compreensão (como inferir significados ou relacionar informações).
- Suas dificuldades durante a leitura (como encontrar palavras desconhecidas ou identificar ambiguidades no texto).
- Os objetivos da leitura (ler para estudar, para se informar, para se entreter, etc.).

Para Brakling, formar leitores conscientes de seus processos de leitura é um desafio pedagógico que requer práticas intencionais e diversificadas. O autor sugere que os professores incentivem os alunos a refletirem sobre como leem, por meio de perguntas como: “O que você faz quando encontra uma palavra que não conhece?”, “Como você sabe que entendeu o texto?”, “O que você faz quando percebe que não está compreendendo?”.

Essa reflexão promove não apenas a autonomia dos leitores, mas também o desenvolvimento de habilidades que os ajudam a enfrentar desafios textuais mais complexos.

Leitura Proficiente: Habilidades e Demandas da Sociedade Contemporânea

No último segmento do artigo, Brakling discute o conceito de leitura proficiente, que é definido como a capacidade de compreender, interpretar e utilizar informações escritas de forma eficiente em diferentes contextos. A leitura proficiente é apresentada como uma competência fundamental em uma sociedade marcada pela abundância de textos e pela necessidade de lidar com informações diversas e complexas.

O autor destaca algumas características de um leitor proficiente:

- Fluência na decodificação: O leitor proficiente lê com rapidez e precisão, sem se deter excessivamente em palavras individuais.
- Compreensão profunda: Vai além da superfície do texto, identificando ideias principais, inferindo significados implícitos e relacionando o texto ao seu contexto de produção.
- Habilidade crítica: Avalia a confiabilidade das informações, identifica vieses e reflete sobre os objetivos e intenções do autor.
- Flexibilidade e adaptabilidade: Ajusta suas estratégias de leitura de acordo com o tipo de texto e o objetivo da leitura.

Brakling argumenta que a formação de leitores proficientes é um dos maiores desafios da educação contemporânea, especialmente em um cenário em que a leitura se torna cada vez mais complexa devido à diversidade de gêneros, formatos e tecnologias.

A Articulação Entre os Três Níveis de Leitura

Ao longo do artigo, Brakling demonstra como os três níveis de leitura – leitura do mundo, leitura da leitura e leitura proficiente – estão interligados e se complementam. A leitura do mundo é apresentada como a base sobre a qual a leitura da leitura se constrói, uma vez que o leitor precisa refletir sobre suas experiências e conhecimentos prévios para compreender e interpretar textos. Por sua vez, a leitura da leitura é um passo necessário

para alcançar a leitura proficiente, pois só um leitor consciente de seus processos pode se adaptar às diferentes demandas textuais.

O autor enfatiza que a escola tem um papel fundamental na articulação desses níveis de leitura, especialmente ao promover práticas pedagógicas que integrem a alfabetização, o letramento e o desenvolvimento da competência leitora crítica.

Práticas Pedagógicas e Implicações para o Ensino

Brakling conclui o texto apresentando algumas orientações práticas para os educadores que desejam trabalhar com os três níveis de leitura:

- Valorizar as experiências das crianças: Incorporar elementos da leitura do mundo ao planejamento pedagógico, utilizando temas e textos que dialoguem com o contexto sociocultural dos alunos.
- Promover a reflexão metacognitiva: Estimular os alunos a pensarem sobre como leem e como podem superar suas dificuldades.
- Diversificar os gêneros textuais: Expor os alunos a uma ampla gama de textos, desde narrativas literárias até textos informativos e multimodais.
- Desenvolver habilidades críticas: Incentivar os alunos a questionarem as intenções dos textos, identificarem vieses e refletirem sobre a confiabilidade das informações.

Essas práticas contribuem para a formação de leitores mais conscientes, autônomos e preparados para lidar com os desafios da sociedade contemporânea.

O artigo de K. L. Brakling, publicado na Revista Aprender Juntos, oferece uma análise aprofundada e instigante sobre os diferentes níveis de leitura e sua importância para o desenvolvimento do leitor. Ao explorar os conceitos de leitura do mundo, leitura da leitura e leitura proficiente, o autor propõe uma visão integrada do processo leitor, que valoriza tanto a experiência cultural e social das crianças quanto o desenvolvimento de habilidades metacognitivas e críticas.

A obra é uma leitura indispensável para educadores que desejam compreender melhor os desafios e as possibilidades do ensino da leitura, promovendo práticas pedagógicas que preparem os alunos para uma participação ativa e crítica na sociedade letrada. Brakling nos lembra que ler é muito mais do que decodificar palavras – é um ato de compreensão, reflexão e transformação do mundo.

FERREIRO, EMÍLIA & TEBEROSKY, ANA. A PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA. PORTO ALEGRE: ARTMED, 1999

A obra “A Psicogênese da Língua Escrita”, escrita por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, é um marco nos estudos sobre o processo de aquisição da escrita pelas crianças. Publicada originalmente em 1979 e traduzida para o português pela editora Artmed em 1999, essa obra revolucionou a compreensão sobre o aprendizado da leitura e da escrita ao propor uma perspectiva construtivista para a alfabetização. Fundamentada em estudos empíricos e na teoria de desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, o livro oferece uma análise profunda sobre como as crianças

constróem o conhecimento sobre o sistema de escrita ao longo do tempo, questionando abordagens tradicionais de ensino que tratam a alfabetização como um processo meramente mecânico ou repetitivo.

Ferreiro e Teberosky defendem que o aprendizado da escrita é um processo ativo e significativo, em que a criança elabora hipóteses sobre o funcionamento da língua escrita, testando-as e ajustando-as a partir de suas interações com o ambiente e com os textos. Elas enfatizam que as crianças não são aprendizes passivas; pelo contrário, desde muito cedo, elas buscam compreender os padrões e os princípios que regem o sistema de escrita. O livro apresenta, assim, uma nova visão sobre o papel do professor, que deve atuar como mediador desse processo, respeitando o ritmo e as hipóteses construídas pelas crianças.

Uma Abordagem Construtivista para a Alfabetização

A principal contribuição da obra é a introdução de uma abordagem construtivista para a alfabetização, que se opõe às metodologias tradicionais baseadas na memorização e na repetição mecânica de letras, sílabas e palavras. Ferreiro e Teberosky argumentam que, antes mesmo de serem alfabetizadas formalmente, as crianças já possuem conhecimentos prévios sobre a linguagem escrita, adquiridos por meio da observação do ambiente e de suas experiências com textos diversos.

Essa perspectiva construtivista sugere que o aprendizado da escrita não ocorre de forma linear ou uniforme, mas sim por meio de um processo de construção gradual, no qual as crianças passam por diferentes níveis de compreensão sobre o sistema de escrita. As autoras rejeitam a ideia de que a alfabetização é apenas uma questão de “ensinar o código” (ou seja, associar fonemas a grafemas). Para elas, a alfabetização envolve a compreensão de que a escrita é um sistema simbólico que representa a linguagem falada de maneira organizada e sistemática.

Ferreiro e Teberosky demonstram que, no processo de alfabetização, as crianças constróem hipóteses sobre como o sistema de escrita funciona, testam essas hipóteses em situações concretas e gradualmente ajustam suas compreensões. Essas hipóteses não são “erros”, mas etapas naturais e essenciais no processo de aprendizagem, que refletem o esforço das crianças para entender um sistema que lhes é inicialmente desconhecido.

As Etapas da Psicogênese da Escrita

Uma das contribuições mais conhecidas da obra é a descrição das etapas ou níveis pelos quais as crianças passam no processo de construção do conhecimento sobre a escrita. Ferreiro e Teberosky identificam quatro níveis principais, cada um marcado por hipóteses e compreensões específicas sobre o funcionamento da escrita:

1. Nível Pré-silábico: Nesse nível inicial, as crianças ainda não conseguem relacionar a escrita com os sons da fala. Para elas, as letras ou desenhos são apenas representações gráficas, sem conexão com o som das palavras. Muitas vezes, utilizam traços, rabiscos ou até letras aleatórias para “escrever”, mas não percebem que a escrita precisa ter uma correspondência com a linguagem falada.

2. Nível Silábico: No nível silábico, as crianças começam a perceber que há uma relação entre a fala e a escrita. Elas acreditam que cada letra corresponde a uma sílaba da palavra. Por exemplo, ao escrever a palavra “cavalo”, a criança pode represen-

tá-la com três letras, como “CVO”, uma para cada sílaba. Essa hipótese demonstra um avanço importante, pois reflete o esforço da criança para compreender a estrutura sonora da língua.

3. Nível Silábico-Alfabetico: Nesse estágio de transição, a criança começa a combinar a hipótese silábica com a alfabética. Ela percebe que algumas letras representam sílabas inteiras, enquanto outras representam apenas sons individuais. Esse é um momento de experimentação e ajuste, no qual as crianças testam diferentes formas de escrita e começam a compreender a lógica do sistema alfabético.

4. Nível Alfabético: No nível alfabético, a criança compreende que cada letra corresponde a um som específico (fonema) e que a combinação das letras forma palavras. Ela consegue representar de forma mais precisa as palavras da fala na escrita, embora ainda possa apresentar dificuldades com regras ortográficas. Esse nível marca a consolidação da compreensão do sistema de escrita alfabético.

O Papel do Professor no Processo de Alfabetização

Ferreiro e Teberosky destacam que o papel do professor no processo de alfabetização é fundamental. No entanto, essa função deve ir além do ensino tradicional, que muitas vezes se limita a transmitir o código alfabético de forma mecânica. O professor, segundo as autoras, deve atuar como um mediador e um facilitador, criando situações de aprendizagem que incentivem as crianças a explorar, testar e refletir sobre suas hipóteses sobre a escrita.

A interação entre o professor e os alunos é vista como um elemento essencial para o sucesso da alfabetização. O professor deve observar atentamente as produções das crianças, identificar em que nível de desenvolvimento elas se encontram e propor atividades desafiadoras, mas que respeitem o ritmo e as particularidades de cada aluno. Além disso, é importante criar um ambiente alfabetizador rico e estimulante, no qual as crianças tenham acesso a diferentes tipos de textos, materiais e situações reais de leitura e escrita.

Outro ponto relevante é que o erro deve ser visto como parte natural do processo de aprendizagem, e não como algo a ser corrigido de forma imediata ou punitiva. Os erros das crianças refletem suas hipóteses e, portanto, são oportunidades valiosas para o professor entender como elas estão pensando e planejar intervenções pedagógicas adequadas.

Impacto e Relevância da Obra

A publicação de “A Psicogênese da Língua Escrita” marcou uma revolução no campo da alfabetização, influenciando práticas pedagógicas em todo o mundo. No Brasil, a obra desempenhou um papel central na implementação de abordagens construtivistas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, questionando métodos tradicionais baseados na cartilha e na memorização.

Ferreiro e Teberosky trouxeram uma nova perspectiva para a alfabetização, baseada na valorização da criança como um sujeito ativo, criativo e autônomo no processo de aprendizagem. Sua contribuição vai além da sala de aula, estimulando educadores, gestores e formuladores de políticas públicas a repensarem as práticas de alfabetização e a valorizarem o papel do contexto sociocultural no desenvolvimento das crianças.

“A Psicogênese da Língua Escrita”, de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, é uma obra fundamental para quem deseja compreender os processos de aquisição da leitura e da escrita. Ao apresentar uma abordagem construtivista baseada na teoria de Piaget, as autoras desafiam concepções tradicionais de alfabetização e propõem uma visão mais ampla e integrada do aprendizado da escrita.

O livro nos convida a enxergar as crianças como protagonistas do processo de alfabetização, capazes de construir, testar e refinar suas hipóteses sobre o sistema de escrita. Para os educadores, a obra oferece um guia valioso para compreender as diferentes etapas do desenvolvimento da escrita e planejar intervenções pedagógicas que respeitem as singularidades de cada aluno.

Quase meio século após sua publicação original, a obra continua sendo uma referência indispensável para todos os profissionais comprometidos com uma alfabetização significativa, crítica e transformadora.

FONSECA, M. C. F. R. (ORG.). LETRAMENTO NO BRASIL: HABILIDADES MATEMÁTICAS. SÃO PAULO. GLOBAL, 2004

A obra “Letramento no Brasil: Habilidades Matemáticas”, organizada por Maria Cândida Ferreira de Rosa Fonseca e publicada pela Editora Global em 2004, aborda um aspecto crucial do letramento: as habilidades matemáticas. O livro parte da premissa de que o letramento matemático vai além da capacidade de realizar cálculos, abrangendo a aplicação de conceitos matemáticos em situações do cotidiano e a compreensão crítica dos números, medidas e operações no contexto social e cultural.

Com uma abordagem interdisciplinar, a obra relaciona o letramento matemático ao letramento tradicional, destacando que ambos compartilham a característica de serem processos que envolvem o uso funcional e contextualizado de conhecimentos. Assim como o letramento em linguagem escrita, o letramento matemático requer a mobilização de habilidades cognitivas e práticas que permitem ao indivíduo interpretar, resolver problemas e tomar decisões em situações reais.

O Conceito de Letramento Matemático

Nas primeiras discussões apresentadas no livro, Fonseca define o letramento matemático como a capacidade de compreender e utilizar conceitos matemáticos no cotidiano. Isso inclui interpretar tabelas, gráficos e mapas, calcular orçamentos, entender medidas e proporções, analisar estatísticas e identificar padrões em contextos diversos.

O letramento matemático está intrinsecamente ligado à prática social, pois os números e conceitos matemáticos permeiam praticamente todos os aspectos da vida. Desde tarefas simples, como calcular o troco em uma compra, até situações mais complexas, como avaliar taxas de juros ou analisar informações em um relatório estatístico, o letramento matemático é essencial para a autonomia e a participação ativa na sociedade.

Fonseca destaca que a educação tradicional muitas vezes se para a matemática escolar de seu uso prático, focando no ensino de fórmulas e algoritmos sem explorar como essas habilidades podem ser aplicadas no mundo real. O letramento matemático,

por outro lado, propõe uma abordagem mais integrada e contextualizada, na qual os conhecimentos matemáticos são ensinados de forma conectada às experiências cotidianas dos alunos.

A Relação Entre Letramento e Alfabetização Matemática

Um ponto central da obra é a diferenciação entre alfabetização matemática e letramento matemático. Enquanto a alfabetização matemática refere-se ao aprendizado dos conceitos básicos, como as operações aritméticas e a compreensão do sistema numérico, o letramento matemático envolve a aplicação crítica desses conhecimentos em situações reais.

Fonseca argumenta que a alfabetização matemática é uma etapa necessária, mas não suficiente, para que o indivíduo se torne letrado matematicamente. Por exemplo, saber realizar operações como somar, subtrair, multiplicar e dividir é importante, mas não garante que o indivíduo consiga interpretar um gráfico ou tomar decisões financeiras informadas.

O objetivo do letramento matemático é ir além do ensino mecânico dos conteúdos e preparar os alunos para utilizarem a matemática como uma ferramenta para a vida. Isso implica desenvolver habilidades como:

- Raciocínio lógico e crítico;
- Capacidade de resolver problemas;
- Interpretação de dados e informações numéricas;
- Aplicação prática de conceitos matemáticos em diferentes contextos.

Desafios do Letramento Matemático no Brasil

A obra também aborda os desafios enfrentados pelo Brasil no desenvolvimento do letramento matemático. Fonseca aponta que a baixa qualidade da educação básica em muitas regiões do país é um dos principais obstáculos para a formação de cidadãos letrados matematicamente.

Dados apresentados no livro mostram que muitos estudantes concluem o ensino fundamental sem dominar habilidades matemáticas básicas, o que compromete sua capacidade de aplicar esses conhecimentos no cotidiano. Além disso, há uma falta de articulação entre o ensino de matemática e a realidade dos alunos, o que contribui para a percepção de que a matemática é uma disciplina abstrata e desconectada da vida prática.

Outro desafio destacado é a formação de professores. Fonseca argumenta que muitos educadores não recebem formação adequada para ensinar matemática de forma contextualizada e significativa. Isso reforça a perpetuação de métodos tradicionais de ensino, baseados na memorização e na repetição, que não promovem o desenvolvimento do letramento matemático.

O Papel da Escola na Formação do Letramento Matemático

Fonseca enfatiza que a escola tem um papel fundamental na promoção do letramento matemático, especialmente porque nem todos os alunos têm acesso a contextos familiares ou sociais que incentivem o uso da matemática de maneira significativa. A escola deve atuar como mediadora, criando oportunidades para que os alunos explorem a matemática em situações práticas e relevantes.

A autora propõe algumas diretrizes para a promoção do letramento matemático na escola:

- Contextualização do ensino: Relacionar os conteúdos matemáticos ao cotidiano dos alunos, utilizando exemplos reais e problemas que façam sentido para eles.

- Diversificação das práticas pedagógicas: Incorporar atividades que envolvam leitura e interpretação de gráficos, tabelas, mapas e textos que contenham informações matemáticas.

- Desenvolvimento do pensamento crítico: Estimular os alunos a questionarem e analisarem dados e informações, promovendo uma compreensão mais aprofundada e reflexiva.

- Integração interdisciplinar: Trabalhar a matemática em conjunto com outras áreas do conhecimento, como geografia, história e ciências, para mostrar sua aplicabilidade em diferentes contextos.

- Formação continuada de professores: Investir na capacitação dos educadores, para que eles se tornem capazes de ensinar a matemática de forma contextualizada e significativa.

Práticas Pedagógicas e Exemplos de Letramento Matemático

A obra apresenta exemplos de atividades pedagógicas que podem ser implementadas na escola para desenvolver o letramento matemático. Entre elas, destacam-se:

- Análise de orçamentos domésticos: Propor que os alunos elaborem ou analisem um orçamento fictício, trabalhando conceitos como adição, subtração, porcentagem e planejamento financeiro.

- Interpretação de gráficos e tabelas: Utilizar dados reais, como índices de desemprego, taxas de vacinação ou dados demográficos, para ensinar os alunos a interpretar informações e fazer análises críticas.

- Problemas do cotidiano: Criar situações-problema baseadas na vida real, como calcular o troco em uma compra, medir o tempo de viagem entre dois pontos ou comparar preços de produtos.

- Projetos interdisciplinares: Desenvolver projetos que integrem a matemática com outras disciplinas, como construir maquetes, estudar mapas ou analisar dados históricos.

Essas práticas ajudam os alunos a perceberem que a matemática não é apenas um conjunto de regras e fórmulas, mas uma ferramenta poderosa para compreender e interagir com o mundo.

“Letramento no Brasil: Habilidades Matemáticas”, organizado por Maria Cândida Ferreira de Rosa Fonseca, é uma obra que chama a atenção para a importância de formar cidadãos letrados matematicamente, capazes de aplicar os conhecimentos matemáticos em situações reais e de interpretar criticamente os números e dados que permeiam o cotidiano.

A autora destaca que, para promover o letramento matemático, é essencial superar os métodos tradicionais de ensino e adotar práticas pedagógicas que valorizem o contexto sociocultural dos alunos e incentivem o pensamento crítico e reflexivo. A escola tem um papel central nesse processo, e a formação continuada dos professores é apontada como um dos principais caminhos para alcançar esse objetivo.

A obra é uma leitura indispensável para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas que desejam repensar o ensino da matemática no Brasil e contribuir para a formação de indivíduos mais autônomos, críticos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea. Ao valorizar o letramento matemático, Fonseca nos lembra que a matemática, longe de ser apenas um campo teórico, é uma ferramenta essencial para a vida e para a cidadania.